



Curso: Pós-Graduação Doutorado em Educação

Título: Políticas de Formação de Professores: Impactos do Programa PARFOR -DF

Autores: Vilma Rodrigues de Moraes

orientador: Iria Brzezinski

Resumo

Introdução e Objetivos

O objeto deste estudo é o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – PARFOR. O objetivo é analisar os impactos das políticas de formação de professores a partir do planejamento estratégico emergencial no Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente do Distrito Federal. A análise proposta será sustentada pelos seguintes eixos: O cenário da conjuntura política e econômica brasileira a partir da década de 1990; definição das políticas educacionais - do governo FHC ao início do governo Dilma e o contexto histórico do PARFOR. As políticas educacionais em curso nos países periféricos estão sendo justificadas pela necessidade de adequar os sujeitos à sociedade da informação e a “nova ordem mundial globalizada”. Neste sentido, surgem as propostas de democratização do acesso ao ensino superior, principalmente para formação docente, aligeirada e à distância, por meios das novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC's).

Material

O método do materialismo histórico dialético parece ser o mais adequado para o desenvolvimento desta pesquisa de natureza qualitativa na modalidade de pesquisa participante.

Quanto à pesquisa qualitativa em Educação é relevante afirmar que “[...] o investigador introduz-se no mundo das pessoas que pretende estudar, tenta conhecê-las, dar-se a conhecer e ganhar sua confiança, elaborando um registro escrito e sistemático de tudo aquilo que ouve e observa” BOGDAN E BIKLEN, 1996,P.16). A perspectiva de análise na pesquisa participante difere da pesquisa quantitativa ao tornar indispensável a participação dos sujeitos investigadores e dos sujeitos investigados. Nela, os instrumentos de coleta e análise de dados permitem avançar para uma compreensão precisa da situação social e histórica do objeto levando o observador a desvelar a estrutura causal dos fenômenos com a finalidade de provocar mudanças, pois a pesquisa participante “[...] é concebida em relação à prática – ela existe para melhorar a prática” (KINCHELOE, 1997,p.180).

Resultado

Alguns apontamentos parciais resultantes da primeira etapa da pesquisa permitem afirmar que em 2009, os cursos oferecidos, por meio do PARFOR foram iniciados, com a adesão de 25 estados que aderiram à formação inicial, com uma oferta de vagas superior a 400 mil.(ANFOPE,2012,p.36).O Fórum no DF foi instalado, mas não houve prosseguimento. O Distrito Federal teve por marca de sua história educacional recente afastamento deliberado dos programas do governo federal negligenciando o pacto federativo e o regime de colaboração expressos em lei para oferta e garantia da educação básica pública. Esse distanciamento implicou na ausência de programas e ações de formação para os profissionais da Secretaria de Educação do Distrito Federal, ficando essa tarefa a encargo de esforços individuais de instâncias como a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação(EAPE), mas a formação inicial e em nível de pós-graduação restrita a iniciativas privadas.

As atividades do Fórum Distrital foram retomadas em 2011, com a posse do novo Governo, tendo como Secretária de Educação a Profa. Doutora Regina Vinhaes Gracindo. Em junho de 2011, a ANFOPE participa, por meio dos seus membros titular e suplente da IV Reunião do Fórum Distrital Permanente de Apoio à Formação Docente. Entre os vários assuntos tratados, pode-se citar a apresentação do diagnóstico da Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEDF.

Conclusão

Para que os objetivos do PARFOR fossem atingidos foram criados os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente. No PARFOR no que concerne ao financeiro, às instituições formadoras que participam do plano receberão recursos adicionais num montante da ordem de R\$700 milhões até 2011 e R\$1,9 bilhão até 2014 (BRASIL/MEC, 2009a). O objetivo do Governo para Brzezinski (2003) é causar impacto nas agências financiadoras externas, mostrando dados quantitativos, o que está longe de representar a política global de formação. O Brasil tem



Anais da Semana de Ciência e Tecnologia da PUC Goiás 2013
Disponível em: <http://anais.pucgoias.edu.br/2013/index.htm>
ISSN: 2177-3327

adotado um modelo de formação de professores que consiste muito mais em conceder uma certificação do que conferir uma boa qualificação aos leigos atuantes no sistema educacional. Realizou-se, até o momento a leitura de 178 atas dos Fóruns, publicadas no site da CAPES. As informações nelas contidas são preocupantes: Professores necessitando de ajuda financeira para manutenção própria durante a realização do curso e evasão, entre outras.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.394 de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. PR. Decreto n. 6.755, de 29/01/2009. Institui a política nacional de formação de profissionais do magistério da educação básica, disciplina a atuação da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Brasília: DOU de 30/01/2009.

BRASIL. CNE/CP. Resolução n. 01, de 11/02/2009. Estabelece diretrizes operacionais para a implementação do programa emergencial de segunda licenciatura para professores em exercício na educação básica pública a ser coordenado pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por instituições públicas de educação superior. Brasília: DOU de 12/02/2009

BRASIL. MEC. Portaria n. 09, de 30/06/2009. Institui o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica no âmbito do Ministério da Educação. Brasília: DOU de 01/07/2009.

palavras-chave: Educação; Política; Formação

modalidade de Fomento: